

Falta de educação



**Os governos
brasileiros
gastam
mais com eles
que com a
população**

É costumeiro governantes, antes e depois de empossados, proclamarem, ritualmente, a educação e o ensino como prioridade governamental. Ao final de suas gestões, contudo, as estatísticas sobre o investimento nesse setor fundamental costumam surrar, sem clemência, os discursos e as promessas feitas anteriormente.

No ano passado, o Tribunal de Contas da União censurou o antecessor de Fernando Henrique Cardoso porque, dos 18% da receita de impostos que deveriam ir para a educação, 56% foram para o ensino superior — enquanto para o ensino fundamental se destinou 0,8%, quando deveriam ter sido aplicados 50%.

Pode-se discutir esferas de atribuições entre os municípios, os Estados e o governo central. Pode-se também acusar o Congresso por descuidar da elaboração e da fiscalização do Orçamento. E por aí afora.

O fato é que apenas 39% dos brasileiros conseguem concluir o primário. Outros 5 milhões de crianças nem sequer conseguem matrícula. Pelo menos 2 milhões de crianças, na faixa entre 10 e 13 anos de idade, têm um motivo especial para não estar na escola. São os meninos e meninas que vivem de catar lixo ou que trabalham na agricultura, em olarias ou em atividades insalubres, como a produção de carvão.

Só 15% das crianças completam a oitava série. A falta de iniciativa para resolver ou, pelo menos, atenuar esses problemas atinge todos os brasileiros.

A produção do fracasso escolar,

alegam alguns, tem raízes fincadas na falta de dinheiro. Por esse raciocínio, se o salário do professor fosse triplicado, o ensino seria três vezes melhor. Essa tese serve para “justificar” meses de greves e a média de 30 faltas por mês em licenças-saúde, mais seis faltas abonadas ao ano.

É consenso nacional que o professor deve ser bem remunerado e muito respeitado. Sem bons professores é humanamente impossível um ensino sequer razoável.

Mas temo que nossos filhos não venham a ter o prazer de lembrar seus mestres pelo nome, como nós lembramos até hoje.

Havia uma preocupação humanística. Não se pensava apenas na preparação técnica, mas também na formação social. Corria a época das normalistas que abraçavam o sonho de educar pela nobreza e pela dignidade da função. Ninguém enriquece educando, nem enriquecia. Por mais lícita que seja a ambição de uma vida confortável.

Vigorava um outro tipo de remuneração. Cultivavam a realização pessoal aquelas professoras e aqueles professores que eram homenageados em sua época, reverenciados com respeito por seus alunos. A personalidade mais respeitada da cidade, o conselheiro que era ouvido.

Mas a figura do mestre dedicado seria engolfada por um pernicioso processo pseudopolítico-ideológico. A preocupação com o saber e o ensinar foi relegada. A tal ponto que não há sequer solidariedade da população às greves do professorado. A senda sindicalista não melhorou a situação do professor. As greves que

atrasaram a vida de tantas crianças tampouco contribuem para solucionar o problema. Ao contrário.

Quem quiser considerar essas reminiscências um anacronismo pode-se informar sobre os professores e as escolas do Japão. Um país que chegou aonde está porque seus professores se respeitam e são respeitados. Lá, não se formam levas e levas de bacharéis e engenheiros para virar suco. Aqui, não se estimula nem se prestigia a formação do professor. Não há preocupação nem método para a classificação e avaliação do desempenho dos professores. Assiduidade virou critério de promoção.

O vocacionado para o magistério, o bom professor e a boa professora se vêem tolhidos pela burocracia. São prejudicados funcionalmente por injunções políticas. Em vez de serem enaltecidos e premiados, os bons mestres, que preferem a sala de aula ao salão de assembleias, são patrulhados.

De quem é a culpa? Do Estado? Do professor? Da sociedade? Parece fácil descobrir. Não há hoje professor rico, como não havia antes. Mas também não há a admiração, o respeito e o orgulho de que desfrutavam antes os mestres.

É preciso verificar como estão sendo aplicados os recursos. Publicou-se, recentemente, que 10 mil professores, que recebem seus salários para ensinar em São Paulo, estão emprestados para atividades estranhas à nobre missão.

Afirma um ex-secretário de Educação no Estado que o principal problema da área não é a falta de verbas, mas sua má-aplicação. No ensino superior, a afirmação é rigorosamente verdadeira: enquanto a universidade pública no Canadá precisa de apenas US\$ 3.975 por ano para manter um aluno, o Brasil gasta mais do dobro: US\$ 8.804. A Alemanha gasta US\$ 5.900 e a In-

glaterra, US\$ 5.100.

Há outros fatores que ajudam a tese de que dinheiro não falta. De tudo o que o brasileiro paga pelos produtos que integram a cesta básica, 28,3% do preço são impostos. Nos Estados Unidos, o imposto médio sobre o custo final dos alimentos é de 8%. Nos principais países europeus o imposto pesa de 5% a 7%. Como aceitar que num país onde tanta gente passa fome se pague quatro vezes mais que em países ricos? Talvez seja possível afirmar que os governos brasileiros estejam gastando — em valores proporcionais e absolutos — mais com eles que com a população.

É animador ouvir do excelentíssimo sr. presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que a educação é a prioridade máxima de seu governo. Foi entusiasmante ver o professor que ensinou em sete das mais importantes universidades dos Estados Unidos, da Europa e da América do Sul à frente dos pequeninos de Santa Maria da Vitória. Agradecemos ao sr. presidente por dissipar a impressão inicial de que o Ministério da Educação não passava de um prêmio de consolação.

Ocorre, no entanto, que não cabe, nem deve caber, toda a responsabilidade ao presidente e a seu ministério. Nem apenas a governadores, prefeitos e seus secretários. A tarefa de desarmar essa colossal armadilha que o País impôs a si próprio é complexa demais para ser resolvida apenas por esses administradores.

A má formação escolar prejudica todos: advogados, médicos, jornalistas, engenheiros — seja na qualidade do serviço prestado, seja na qualidade do atendimento que eles próprios recebem. A cruzada é justa, obrigatória e urgente.